

O espaço escolar instituído x espaço escolar como “locus” de formação do sujeito surdo na conformação inclusiva atual: rituais e semelhanças com uma Instituição Total

Ruth Maria Rodrigues Garé*
Márcia Aparecida Amador Mascia**

Resumo

Este artigo tem por objetivo uma problematização acerca das questões curriculares que envolvem as discussões sobre inclusão de alunos surdos nas escolas regulares do nosso país, cujas considerações teóricas para tal discussão deverão estar ancoradas na identificação ou não de características próprias de uma Instituição Total dentro da instituição escolar, apontando para mudanças de paradigmas que tornem o espaço escolar um lugar de formação do sujeito surdo bilíngue, e não apenas um lugar para o surdo “estar” incluso, este artigo tem origem em um trabalho maior que pretende trazer a tona uma discussão sobre a necessidade de buscar alternativas pedagógicas e estratégias metodológicas que dêem conta da educação do surdo inserido em sala regular, oferecendo simultaneamente duas línguas, a Libras como sua língua materna, e, portanto de construção do sujeito, e da Língua Portuguesa, enquanto língua majoritária da comunidade escolar.

Palavras chaves: Surdo; currículo; escola; sujeito.

The educational space established x school space as “locus” deaf subject training in inclusive conformation: current rituals and similarities with a Total Institution.

Summary

This article aims a problematization of curricular issues involving discussions about inclusion of deaf students in regular schools of our country, whose theoretical considerations for such a discussion should be anchored in the identification of characteristics of a Total Institution within the school, pointing to changes in paradigms that make school space a place of formation of the bilingual deaf subject and not just a place for the deaf “be” inclusive, this article comes from a larger work that aims to bring to light a discussion about the need to find alternatives and educational strategies that realize the methodological education of deaf inserted into a regular room, offering both two languages, the Libras as their mother tongue, and therefore subject construction, and Portuguese, while majority language of the school community.

Keywords: Deaf; curriculum; school; subject.

Introdução

Este artigo tem por objetivo uma problematizar a formação curricular que envolve as discussões sobre inclusão de alunos surdos ou deficientes auditivos nas escolas regulares do nosso país, cujas considerações teóricas para tal discussão deverão estar ancoradas na identificação ou não de características próprias de uma Instituição Total dentro da instituição escolar, apontando para mudanças de paradigmas que tornem o espaço escolar um lugar de formação do sujeito surdo bilíngue, e não apenas um lugar para o surdo “estar” incluso, pois este artigo tem origem na elaboração de um trabalho maior que pretende trazer a tona uma discussão sobre a necessidade de buscar alternativas pedagógicas e estratégias metodológicas que dêem conta da educação do surdo inserido em sala regular, oferecendo simultaneamente duas línguas, a Libras como sua língua materna, e, portanto de construção do sujeito, e da Língua Portuguesa,

enquanto língua majoritária da comunidade escolar.

Antes é preciso tentar entender o conceito de Instituição Total e seus mecanismos de funcionamentos, pois a partir de uma visão foucaultiana, pretendemos refletir sobre a inclusão como está posta na sociedade atual, em especial, no panorama educacional brasileiro. Olhando especificamente para o espaço escolar e o tratamento dado a alunos surdos especialmente nas escolas públicas, pretende-se abordar também alguns conceitos relacionados ao estigma que se instaura a partir do não domínio dos conteúdos pelos alunos surdos ou com deficiência auditiva¹. Tais aspectos também envolvem uma consideração sobre as questões curriculares, assim, para problematizar a questão da inclusão torna-se necessário olhar para as teorias que discutem o currículo, nos fazendo refletir sobre a necessidade de pensar na elaboração de um currículo que contemple ao mesmo tempo surdos e ouvintes numa comunidade oralizada e falante

* Endereço eletrônico: proruthgare@yahoo.com.br

** Endereço eletrônico: marcia.mascia@usf.edu.br

de português, que percorrem juntos caminhos cognitivos pautados numa língua oral.

Para que este texto que se apresenta possa contribuir para a compreensão dos significados socialmente e politicamente estabelecidos dentro da escola, está dividido em momentos distintos: no primeiro momento um arcabouço teórico contribui para que se entenda a Instituição Total e suas implicações no comportamento de seus internados, com o objetivo de mostrar o quanto a inclusão do surdo sem a consideração da aquisição da Libras e um currículo pautado em suas necessidades lingüísticas pode concorrer para o seu apagamento enquanto sujeito; na sequência apresenta-se as dicotomias e semelhanças entre a Instituição Total e a escola inclusiva, enquanto lugar de controle e governamentalidade desses “corpos mutilados”, onde a diferença é acentuada pela tentativa de oportunizar um lugar de normalidade para o surdo na comunidade ouvinte.

O artigo pretende também problematizar a questão do currículo que se forma com a proposta de preparar os não surdos, e que elege metodologias, unificando a todos como uma massa. Nossa abordagem se deve ao fato de não entendermos este espaço discursivo como lugar para lutar contra a inclusão, mas como momento histórico cultural da educação dos surdos, ainda em construção, que merece atenção no sentido de entender alguns posicionamentos e tentar contribuir para um melhor encaminhamento das propostas curriculares.

INSTITUIÇÃO TOTAL e a inclusão que apaga o surdo no espaço escolar por lhe dar um lugar entre os não surdos.

As Instituições Totais têm como função primária criar barreiras com o relacionamento social. Assim, o indivíduo que é inserido em uma instituição total, será privado primariamente do contato com o mundo social.

A instituição total é formalmente organizada de modo a regulamentar a vida do outro. A sistematização ou rotinização das atividades diárias acabam por se tornar praticamente um ritual do qual o internado passa a executar, por que é imposto, ou faz parte da organização da instituição em que está. Parece-nos que é desta forma que o aluno surdo chega à escola e como se fosse absolutamente normal para sua condição de não ouvinte, vai para a sala de aula regular, senta e copia, em muitos municípios precisa estar na escola sem apoio pedagógico no turno contrário, muitas vezes também o surdo não tem Libras e ainda para os que têm há falta da

presença do Intérprete. Assim, o aluno participa da rotina dos colegas como se estivesse interagindo, mas na verdade se vê incluído, mas não integrado ao grupo.

Conforme Goffman (1974, p. 17) "(...) Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. "A execução de tarefas são coletivas, muitas coisas são feitas em grupo, o indivíduo perde sua autonomia, assim, os sujeitos não tem poder de decisão. Para o surdo da inclusão a perda da autonomia se dá pelo fato de que pela falta de comunicação adequada, este na maioria das vezes é conduzido ou influenciado por outro.

Dentro das instituições totais a vigilância é uma constante, neste caso Goffman define dois grupos, um grupo grande que é o dos internados, e um grupo menor que é formado pela equipe dos dirigentes. O autor considera ainda que as instituições totais funcionem como estufas para mudar pessoas, como se fosse natural a tentativa de manipulação do eu. Não é por acaso que Fernandes (2006, p.4) aponta que

Ironicamente, alguns dos objetivos e pressupostos de “Milão”² sobrevivem no espaço escolar, vestidos em uma nova “roupagem”: a fala não é mais o foco do trabalho, mas, sim, o português oral e escrito.

A linguista se refere à constante discussão entre oralismo e língua de sinais, a autora em seus trabalhos aponta a tentativa de fazer o surdo ser um ouvinte, como nas instituições totais apontadas anteriormente que tentavam manipular seus internados, mesmo as escolas que se propõem bilíngues, na verdade estão mais preocupadas com o ensino do Português língua oral e de difícil acesso para o surdo.

Mudanças na carreira Moral também fazem parte das mudanças provocadas no interno, a "mortificação", que vem a ser a sistemática humilhação, profanação e degradação do eu, isola o internado do mundo exterior é a primeira mutilação do eu, nesta fase o internado já não revela a que status social pertence. Para o surdo o isolamento acontece pela falta de comunicação com os demais, ainda que venha a utilizar a língua de sinais, terá dificuldades em compartilhar do mesmo domínio lingüístico, uma vez que a escola regular não é preparada para tal interação, que deve envolver toda a comunidade em seu interior. O estigma se define pela forma pejorativa e degradante de chamar o surdo de “mudinho”, como se a tal não coubesse a dignidade de ser chamado pelo seu nome, não é raro encontrar até

mesmos os professores, ou como na instituição total, os dirigentes, usando tal termo, nascido de um erro social que foi estampado em documentos oficiais durante muito tempo.

Dentro das instituições totais a falta de envolvimento afetivo garante a ordem, mesmo porque não há como criar laços de sentimentos, o internado apenas cria algumas estratégias para adaptar-se à instituição. Uma das estratégias do internado pode ser a "tática de intransigência", e ainda assim depois de sofrer intervenções formais, o internado acaba por criar estratégias de adaptação. Outra estratégia é a da "colonização". Esta estratégia permite ao internado momentos no mundo externo, o que nem sempre torna mais fácil sua convivência dentro da instituição. Já "a conversão" é a estratégia adotada pelo internado que tenta parecer o perfeito. O aluno surdo na tentativa de sobreviver ao ambiente escolar não compreendido aplica a estratégia da "conversão", pois conforme Fernandes que comenta a afirmação de Goés e Tartuci apud Fernandes (2006 p. 3) de que

(...) suas pesquisas acerca da inclusão na escola regular, as situações excludentes a que são submetidas crianças e adolescentes surdos, simulando o papel de aprendiz e reproduzindo os rituais para ocupar o lugar de aluno em sala de aula: "copiar da lousa, copiar do colega, copiar de seu próprio caderno – o aluno surdo aprende e acaba por fortalecer este tipo de estratégia: copiar para se manter vivo no ambiente".

A estratégia da "colonização" parecem ser aqueles momentos em que o aluno surdo é supostamente inserido num grupo de alunos, num dado momento de tarefa escolar, por alguns instantes ele faz parte de um "momento ouvinte" em que às vezes algum colega tenta ajudar o colega por fazer as vezes de um intérprete, o aluno surdo fica no grupo, como se tudo estivesse normal, o professor pode até achar que está trabalhando com a inclusão, mas na verdade só está contribuindo para mais constrangimento do aluno, que sabe que está ali porque não há outra opção, este fato, pode ser constatado pelo depoimento de alunos surdos que mais tarde tendo acessado a Libras e o texto escrito em português chegam a níveis de formação educacional mais elevado e relatam suas experiências de vida, como o aluno M.J.S (33 anos) 7º semestre de Pedagogia que relata:

A maior dificuldade as letra (G, Q, W, J, B, P, X) no começo do outro dia, a educadora passava ditado contado uma texto, infelizmente eu não ouvir bem, não fazia desde parte do ditado só copiava do caderno do meu colegas, as vezes a professora chamava eu ler na lousa para todos mundo me ouvir, eu lia falava cada palavra certo muito errado cada parte da palavras que eu não conheço os meu colegas ficava risado comigo, a educadora disse para meu colegas respeita seu colegas com deficiente dentro da sala de aula todos mundo ficou calando.³

O que podemos deduzir de todas essas estratégias, é que todas são formas de sobrevivência dentro das instituições escolares das quais os surdos vão lançando com o objetivo de cumprir a exigência de estar na escola, pois apesar de os documentos oficiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecerem a educação como direito, é notório que a criança que está fora não gera dados estatísticos positivos, no quesito "é um direito da criança e adolescente", o que está em jogo mesmo é um emaranhado de acordos e empréstimos junto ao Banco Mundial que sugere que todas as crianças precisam estar na escola, e não mesmo compasso a adequação para o atendimento ao aluno surdo caminha a passos lentos, no programa de Educação de Qualidade proposto pelo MEC, falta muita coisa.⁴

Quando um internado consegue sair da instituição e assumir a condição de ex-internado, passa a portar um "estigma" e precisa fazer um grande esforço para esconder seu passado, tentando disfarçar. Como na escola, o aluno surdo acaba chegando ao último ano no ensino médio sem apoio pedagógico ou a presença do intérprete, muitas vezes se lançando ao ensino superior, que atualmente tem proporcionado o intérprete em sala de aula ao graduando surdo, mas neste nível o trabalho é mais difícil, pois o surdo que chega à universidade terá que superar muitos obstáculos em relação ao registro escrito da língua portuguesa. É digno de nota, que muitos insistem em não aceitar a Libras, seja por orientação desde a infância pela oralização, seja por preconceito em relação à Língua de Sinais pela falta de conhecimento sobre sua importância e status de língua, ou ainda pelo próprio estigma que carrega de ser um surdo, carregando de si mesmo a representação do não querer ser uma pessoa diferente, ou seja, a oralização passa a ser a única

maneira para o surdo de igualar-se aos ditos “normais”.

Um olhar linguístico prevê olhar para o surdo como pessoas normais, cuja única barreira é a comunicativa, porém no descompasso da educação brasileira tem sido negado a esses alunos o direito de um trabalho diferenciado. A escola assim como as instituições totais passa a ter um caráter humanitário, assumindo a responsabilidade pelo aluno nos discursos pedagógicos e políticos, mas que precisam melhorar em muito em sua prática.

Por causa da inclusão as discussões sobre a educação do surdo giram em torno da importância das escolas especiais bilíngues e o despreparo da escola regular, mas as pesquisas têm apontado que ao final todas estão preocupadas em enfatizar o ensino do português, pois ainda segundo Fernandes (2006 p.3)

O contexto educacional está organizado de forma que todas as interações são realizadas pela oralidade, o que coloca os alunos surdos em extrema desvantagem nas relações de poderes e saberes instaurados em sala de aula, relegando-os a ocupar o eterno “lugar” do desconhecimento, do erro, da ignorância, da ineficiência, do eternizado não-saber nas práticas lingüísticas.

A escola não pode ser classificada como uma instituição total, mas agrega valores próprios dessas instituições, bem como rituais e sistematizações, de certa forma as escolas têm sido encaradas como lugar de transformação de um indivíduo, pela transmissão do conhecimento e construção de um saber escolástico. Preparar o aluno para a vida, capaz de exercer seus direitos e sua cidadania, exige algumas formas muito parecidas, com as adotadas dentro das instituições totais.

Se muitas vezes os internados acabam expostos a situações e pessoas indesejáveis, na escola aluno, em especial o surdo, se vê misturado a outros alunos de culturas, religiões, faixas etárias diferentes, além da comunicação diferenciada. Embora semelhante no que tange a heterogeneidade dos alunos dentro da escola, a mesma se difere, quando propõe estar trabalhando com as diferenças, promovendo a interação entre os alunos. O paradoxo que se estabelece o ideal pansófico e pametódico, na tentativa de ensinar tudo a todos da mesma forma, seguindo modelos pré-estabelecidos que não levam em conta tais diferenças, a começar pelo próprio livro didático.⁵

Infelizmente, assim como nos manicômios, podemos observar numa parcela dos alunos da rede pública, aquela sensação mencionada por Goffman (1974 p 67) “tempo perdido”. Muitos alunos estão na escola por imposição da Lei, que salienta que é direito da criança o ensino fundamental gratuito. Isso acontece porque muitos alunos não conseguem enxergar na educação, qualquer espécie de mobilidade social. Tal situação também é vivenciada pelo aluno surdo, que se vê obrigado a estar num lugar de preferência sem ser notado, pois segundo Skliar (2003, p. 27)

O outro da educação foi sempre um outro que devia ser anulado, apagado. Mas as atuais reformas pedagógicas parecem já não suportar o abandono, a distância, o descontrole. Elas dirigem à captura maciça do outro para que a escola fique ainda mais satisfeita com a missão de possuir tudo dentro de seu próprio ventre.

As políticas públicas e o estreito relacionamento com um conjunto de instituições voltadas às ações de estabilização da economia, envolvendo as questões em torno da educação e desenvolvimento, entre elas o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), Corporação Financeira Internacional (IFC), que hoje são conhecidas como Banco Mundial, levaram o Estado de São Paulo a uma reformulação de suas políticas educacionais a partir da década de 90. A análise da trajetória dos acordos e processos instituídos por conta de uma ação desenvolvimentista que acontecia desde a década de 40 com instituições internacionais, inclusive com o FMI (Fundo Monetário Internacional), merecem um capítulo a parte, pois é o fio condutor de uma série de medidas adotadas pelas políticas públicas em prol de uma educação que atendesse a necessidade progressista e capitalista de um país que passava a ver a educação como ferramenta para diminuição das diferenças socioeconômicas e alavanca para o desenvolvimento.

A intenção de buscar algumas semelhanças entre as Instituições totais e a Escola, é de fazer mais um recorte, e como que com uma lente menor, observamos outra instituição dentro da escola.

Curriculum e inclusão: como conciliar tantas variáveis dentro de um mesmo currículo?

Para discutir o currículo como conhecemos hoje, precisamos nos reportar a uma

série de mudanças no cenário educacional por conta de uma discussão e acordos que aconteciam desde a década de 1940 sobre os projetos que poderiam melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, só à luz do conhecimento sobre o processo histórico educacional é que é possível entender a inclusão em seu formato em nossos dias. A partir da compreensão da política educacional como fenômeno social e política social, ancorada numa proposta de reforma do Estado, será possível empreender algumas questões a cerca do currículo, como: quem é o sujeito da inclusão? Que discussões podem ser empreendidas a partir deste locus? Seria o discurso da inclusão na verdade uma forma de trazer para o controle aqueles sujeitos que começaram a questionar os seus direitos, sendo uma forma de governabilidade?

Se por um lado o papel do Estado de 1940 a 1970 era o de superar “falhas” do mercado, superar as crises econômicas e sustentar o nível de atividade econômica, do ponto de vista administrativo, era preciso também intervir na área social, nos países centrais se consolidava o WELFARE STATE (bem-estar social), que responsabilizava o Estado pelo bem-estar de seus cidadãos o que incluía políticas como educação, saúde, moradia, etc., com o objetivo de diminuir as desigualdades, muito fortes no Brasil de 70.

Nos anos 1980, a democracia como resposta ao período de ditadura e repressão, a sociedade clamava por mudanças no cenário político, a década de oitenta marcaria pelo momento de ruptura do modelo militarista e ditatorial para um novo modelo de governo democrático. Todas essas transformações políticas repercutiram dentro da escola pública e muitas mudanças começaram a surgir e provocar discussões entre os educadores em geral. No início da década de 80 surge a “pedagogia crítico-social dos conteúdos” com objetivo de colocar as classes populares em participação nas lutas sociais, ainda a prática pedagógica continuou a ser ministrada de maneira sistêmica e controlada pelo professor. Entretanto, o enfoque começa a ser dado gradativamente à necessidade de mudança e adequação pedagógica, a fim de atender as demandas no cenário político.

Só em 1988^o é que as políticas públicas frente a um novo paradigma nas concepções de infância e educação e acompanhadas de amplas discussões antes iniciadas nos anos 1970 deram mais ênfase à criança, desta forma é que os direitos da infância foram então agrupados em três dimensões: relativos à proteção, à provisão e à participação.

A década de 1990 marca o ajustamento econômico e a ordem mundial globalizada, o conceito de governabilidade surge como forma de solucionar os problemas sociais. A reforma educativa no Brasil marca uma realidade concreta e parte de um capitalismo com relações produtivas, tem início o debate pela qualidade da educação e a autonomia da escola. É criado o SAEB, sistema de avaliação da Educação Básica, o ENEN, O Provão para o ensino Superior (hoje ENADE), neste ano também São Paulo e Minas Gerais criam seus próprios sistemas de avaliação.

E a escola? Como última instância do poder público começa a passar por grandes constrangimentos em função das avaliações oficiais, por serem expostas e alocadas em um ranking, onde a escola é responsável pelo fracasso. Fracasso este muitas vezes atribuído ora a formação dos professores e demais profissionais da escola, ora atribuídos aos alunos, e entre esses alunos aqueles com dificuldades de aprendizagem e os alunos da inclusão.

Se por um lado o Currículo estava na pauta de discussões, com uma temática que tratava desde as diferentes concepções de currículo, currículo único ou diversificado, definição das aprendizagens, das grades às redes, conteúdos e competências e o ponto mais alto das discussões passava a ser o trabalho com projetos e a Inclusão, de outro exclusão ou Inclusão, as práticas pedagógicas e os critérios para o trabalho com alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida pareciam confundirem-se, tornando o aprendizado desses alunos cada vez mais complexo.

A partir de 1994 com a Declaração de Salamanca, que teve origem nos movimentos pelos direitos humanos nas décadas de 60 e 70, essa conferência mundial promovida pela UNESCO, tratou de discutir princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Sua repercussão foi tão significativa, que podemos dizer que foi a partir dela que um conjunto de sugestões passou a ser discutido, entre elas a necessidade de um novo olhar para as pessoas com necessidades educacionais especiais, com orientações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais.

Olhando para a configuração da nossa educação, neste caso, pessoas com necessidades especiais não são produtivas, portanto, não interessam ao Estado. Na visão foucaultiana os discursos produzidos na escola, embora pareçam discursos que se realizam como transformadores e libertários, na verdade fazem parte de um jogo em que se configura o controle do Estado, pois o

currículo cumpre as necessidades da sociedade, que hoje é formar mão de obra, a elite intelectual está onde sempre esteve discutindo o que é melhor para os outros, a partir de dados estatísticos. O discurso da inclusão na verdade é uma forma de trazer para o controle aqueles sujeitos que começaram a questionar os seus direitos.

Hoje, a educação trabalha com a palavra Meta, não importa o sujeito, mas a relação estatística para atingir a meta. O ESTADO olha para o corpo social, e são criados os campos de controle, dentro desse corpo social, que precisa ser produtivo e consumidor. O currículo no Brasil é atravessado pelos discursos da governamentalidade e administrativo. Pois, a indicação é de que esses modelos são os que dão certo, mesmo que os relatos sejam de que as crianças especiais estejam soltas dentro da escola.

O currículo pode ser concebido como uma construção discursiva, campo de lutas e tensões, que a princípio, Silva (2010) diz que o currículo é posto de forma estrutural, mas quando começamos um questionamento, pensamos no sujeito. Assim, o teórico chama currículo de documento de identidade e formação do sujeito. Estas discussões nos levaram a pensar de fato que sujeito queremos formar, o sujeito da educação que temos hoje sendo formado, nos parece ser aquele que domina outros conhecimentos, toda a indústria da educação que se forma a partir desses novos sujeitos na sociedade, fazem do 'educar' nada mais do que uma ferramenta do capitalismo, ferramenta esta que se transforma e precisa se adaptar as novas realidades, contribuindo para esse a quem Foucault chamou de sujeito histórico-social. Parece-me mesmo que não há saída, por mais que queiramos pensar uma formação humanística, incentivamos cada vez mais nossos alunos ao sucesso, a transformação social pelo estudo e para ascensão econômica, status, mas está errado? Não somos todos frutos de uma escola que também pregava isso? A inclusão como tem sido posta nas escolas públicas não estará negando ao surdo essa transformação social em função de um currículo que não contempla sua língua ainda que dentro de uma escola regular?

Muitas outras questões poderiam ser levantadas e discutidas, mas por ora gostaria de encerrar com um posicionamento a partir da leitura de "Do Governo dos Vivos" de Michel Foucault (2011) que nos deixa com as seguintes questões: como encontrar a metodologia ou caminho melhor para inserir o surdo na educação sem lhe dar oportunidade de acesso através de sua língua gestual com registro escrito? Talvez encerrasse esse artigo retomando a pergunta: como transformar a tecnologia de si postulada por

Foucault no caso do surdo, dentro de um currículo voltado a ele e feito a partir dele?

Conclusão

A essa altura à luz de todo esse percurso teórico, já me questiono e faço um deslocamento da minha proposta de problematização sobre o ensino do português ao surdo, assim até o presente momento vinha de modo talvez ingênuo acreditando que o melhor para o surdo seria a escola bilíngüe, ou a escola onde se comunicassem em Libras ou enfim, será que o melhor é a escola regular oral e ouvinte? Então o que preciso questionar são as técnicas metodológicas?

Ao surdo cabe aceitar o que lhe foi imposto até que tenha meios de se autogovernar, ainda sim a subjetivação desse sujeito poderá acontecer tardiamente, pois embora sem essa percepção, o surdo é um corpo mutilado, humilhado pela falta compreensão da língua oral da sociedade em que vive direcionado por outros, despersonalizado na escola por ser ignorado no atual sistema inclusivo, não é parte do capital humano, conforme abordado no capítulo sobre as diferenças e semelhanças entre as Instituições Totais e a escola, no tratamento dado ao surdo. Em relação a sua força de trabalho no mundo capitalista, ele é colocado dentro das empresas pela cota dos deficientes como mão-de-obra barata e sem necessidade de grandes adaptações, não passando de forma de controle do Estado.

Como encontrar a metodologia ou caminho melhor para inserir o surdo na educação sem lhe dar oportunidade de acesso através de sua língua gestual com registro escrito? Entendo que só através de outras mudanças que ainda não ocorreram no currículo será possível. Não me refiro a conteúdos, mas aos materiais e metodologias de ensino, bem como a formação de profissionais da educação e o uso das tecnologias.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros**

Curriculares Nacionais: Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERNANDES, S. **Práticas de letramentos na educação bilíngüe para surdos.** Secretaria de estado da educação do paraná superintendência de educação departamento de educação especial. Curitiba, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** São Paulo: Vozes, 1986.

_____. **Do governo dos vivos.** São Paulo/Rio de Janeiro. Achiamé. 2ªed revista e e ampliada. 2011.

GOFFMAN, E. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. *Babilônios somos. A modo de apresentação.* In LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos (orgs) **Habitantes de Babel: Políticas e políticas da diferença.** Belo Horizontes. Autêntica. 2001.

LARROSA, Jorge. Como se chega a ser o que se é. In LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana.** Belo Horizonte. Autêntica. 4a. Ed. 2004.

SILVA, Nilce. **Universidade, Escola Pública: instituições totais na modernidade líquida.** 03/03/2007. Disponível em www.cefetap.br?cienciashumanas/humanidades_s_foco/anteriores/humanidades_2textos/instituiçãoototal.pdf

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Toma Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte. Autêntica. 2a. Ed. 2000.

_____. **O Sujeito da Educação.** Petrópolis. Vozes. 7a. Ed. 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo J. Foucault e Educação: outros estudos Foucaultianos. In SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da Educação.** Petrópolis. Ed. Vozes. 1995. 2a.Ed.

Notas

- 1 Surdo ou deficiente auditivo é uma distinção que pode ser feita a partir de diversos posicionamentos teóricos, neste trabalho de pesquisa não farei distinção, e a partir deste ponto, passo a tratar o sujeito de minha pesquisa como “surdo”, pois entendo que não importa o grau de surdez, a Língua de Sinais é muito importante para a complementação comunicativa do sujeito em qualquer fase de sua vida.
- 2 Congresso de Milão aconteceu em 1857 ocasião em que Alexander Graham Bell, casado com uma surda, cientista estadunidense que trabalhava na oralização dos surdos. Bell era grande defensor do oralismo e opunha-se à língua gestual e às comunidades de surdos, uma vez que as considerava como um perigo contra a sociedade. Assim sendo, Bell defendia que os surdos não deveriam poder casar entre si e deveriam obrigatoriamente frequentar escolas normais, regulares. No entanto, em 1887 Bell, no Congresso de Milão, admitiu que os surdos deveriam ser oralizados durante um ano, mas se isso não resultasse, então poderiam ser expostos à língua gestual. Esta luta entre o oralismo e a língua gestual continua até aos nossos dias.
- 3 Texto de aluno surdo sem a devida tradução para a português na norma culta, fragmento de trabalho de iniciação científica, onde aluno elabora um memorial de sua formação evidenciando todo o processo pelo qual um surdo passa na escola pública regular.
- 4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.
- 5 Atualmente o PNL D – Plano Nacional do Livro Didático – projeto que integra as políticas públicas procura fazer um trabalho em busca da qualidade dos livros didático, dicionários e demais livros que chegam as escolas públicas, com objetivo de contemplar as diferenças e minimizar os preconceitos até hoje alimentados dentro dos próprios materiais. Particularmente por ter integrado a equipe de pareceristas que prepararam o PNL D de Língua Portuguesa de 2008, posso atestar a integridade e seriedade do programa nesse sentido. Seria oportuno na sociedade da informação e tecnológica que o surdo também tivesse um material didático de qualidade para levar para casa e poder dedicar-se aos estudos como os outros ditos “normais”.
- 6 A partir de 1985 com o novo governo, social e mais democrático segundo os decursos, a educação começava a ser vista como meio de diminuir as diferenças sociais, nasci o movimento por uma nova Constituição Federal, na qual se harmonizariam logo depois a LDB, os PCN e o ECA entre outras medidas, resoluções e leis.

Sobre as autoras:

Ruth Maria Rodrigues Garé é doutoranda no programa de pós-graduação em Educação da Universidade São Francisco e professora da Universidade São Francisco nos campi de Itatiba e Bragança Paulista, no curso de Pedagogia.

Márcia Aparecida Amador Mascia é professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco.

